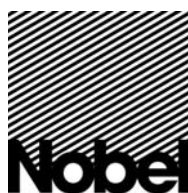


J. Vasconcelos

DEMOCRACIA PURA

História e atualidade
Reforma política
Teoria e prática sobre governo
sem políticos profissionais



Sumário

Parte 1 A democracia	15
1 Origens, conceito e trajetória da instituição	17
2 A aplicação moderna da democracia	67
Parte 2 A democracia pura	95
3 Conceito de democracia	95
4 Democracia pura – condições essenciais e sistemas	101
5 Métodos auxiliares	113
6 Premissas básicas para aplicação prática do governo popular	118
7 Estrutura da democracia nos municípios	124
8 A estrutura da democracia nos Estados	133
9 Estrutura da democracia na União	137
10 Matérias a serem decididas globalmente pelo povo	157
11 Fundamentos da convocação do povo	160
12 Conclusões	176
Referências bibliográficas	185

Prefácio

O mundo hoje se encontra em situação paradoxal. Por um lado, produz riqueza suficiente para proporcionar condições de vida dignas a todos os indivíduos; por outro lado, as aflições e carências básicas atingem patamares nunca antes vistos. O que faz com que haja tanta má distribuição e dissipação de recursos? Para responder a essa pergunta é preciso sair do campo da ciência econômica e fazer uma incursão ao campo da ciência política.

A História registra infindável sucessão de impérios, desaparecidos do mesmo modo como surgiram, não obstante houvessem detido poder às vezes colossal. Quando um grupo ou sociedade empenha-se na manutenção do poder sobre outro grupo ou sociedade, chega a um ponto em que a parcela de pessoas envolvidas apenas em atividades de controle, meramente parasitárias, supera a parcela que efetivamente produz, gerando e privilegiando em um primeiro instante a ineficiência, e por fim desencadeando o colapso total, por absoluta impossibilidade operacional de sustentação, ou seja, de uma parcela manter a outra.

O poder é auto-extinguível e sempre tende à própria dissolução, de forma tanto mais rápida quanto maior o empenho envolvido para preservá-lo. Portanto, todo o esforço para a manutenção do poder é autó-fago. Manter o poder significa direcionar os recursos disponíveis para a consecução de interesses individuais ou grupais de curto prazo, em detrimento dos interesses gerais e de longo prazo, que mais cedo ou mais tarde acabam por se manifestar para exigir o seu quinhão. Não importa quanto

se obtenha de benefícios individuais apartados do interesse geral, nunca poder-se-á evitar o refluxo advindo da ruína do todo. É como fazer um rombo no casco de um barco e depois lutar para conseguir um bom lugar na ponta do mastro: é inócuo, pois todos afundarão juntos, ainda que alguns submerjam um pouco mais tarde...

É exatamente o que ocorre aos Estados na atualidade. Criados inicialmente para proteger e prover as necessidades da população afeta, pouco a pouco foram-se dissociando desse objetivo essencial e colocados a serviço de interesses localizados de castas privilegiadas, escravizando informalmente a população comum a cargas tributárias absurdas, inflação, burocracia, ineficiência, ignorância, desemprego, fome, miséria etc. Sob o Estado-parasita o cidadão só tem ônus, sempre compartilhando os prejuízos e jamais usufruindo os benefícios. É exaurido já na subsistência básica, seja na dimensão material, seja na dimensão humana.

Esse fenômeno vem-se perpetuando e agravando ao longo de milênios, ao abrigo dos mais diversos sistemas políticos. Surpreendentemente, encontrou seu auge nos últimos duzentos anos sob a chamada democracia representativa, apontada tão deliberada quanto equivocadamente como panacéia capaz de resolver todos os males. Na verdade, a esta altura as populações já se encontram saturadas e sentem com desalento a inviabilidade desse sistema para atender às suas necessidades, mesmo que não sejam capazes de verbalizar conscientemente o sentimento e traduzi-lo em linguagem técnica. Mas o que faz com que continuem a se submeter resignadamente a um sistema inepto é o desconhecimento de alternativas, de opções, de novos referenciais.

Em boa hora, portanto, o eminente cientista político Prof. J. Vasconcelos traz a público esta magnífica obra *Democracia pura*, fruto de quarenta anos de pesquisas antropológicas, sociológicas, psicológicas, históricas, econômicas e jurídicas, onde não apenas desfaz os mitos criados em torno da democracia representativa e do sistema político-partidário, demonstrando serem as causas das agruras da civilização contemporânea, como aponta as alternativas e explica pormenorizadamente a implantação dos verdadeiros sistemas democráticos identificados pela ciência, estes sim meios idôneos para conduzir a humanidade como um todo a uma situação de bem-estar e desenvolvimento sustentados.

Entre os mitos postos abaixo, vale destacar que a existência de eleições, partidos políticos, liberdade de expressão, parlamentos/represen-

tação, liberdade de imprensa e decisão pela maioria não é condição suficiente e, considerando cada aspecto separadamente, tampouco sempre necessária para a configuração da democracia. À primeira vista esta afirmação soa como heresia porque o conceito de democracia hoje disseminado é equivocado, distorcido e insubsistente, sequer merecendo tal denominação, por estar demais distante da democracia pura praticada proficuamente ao longo de duzentos anos na Grécia antiga.

No exercício da democracia pura o cidadão não é compelido a nada sob a imposição da obrigatoriedade. Tanto para votar quanto para ser votado, desde que preencha os requisitos estabelecidos, o interessado deve apenas manifestar a sua vontade, auto-habilitando-se através de um processo simples, seguro e isento de intermediação ou representação. Obrigar o cidadão a votar, como ocorre atualmente, é uma excrescência que viola o seu direito de se abster quando o cenário político não o cativa o suficiente ou não lhe permite formular julgamento válido entre opções viciadas, apenas contribuindo para diminuir o resultado qualitativo do processo de escolha e favorecendo grandemente a eficácia da manipulação. Portanto, a abstenção também precisa ser respeitada e valorizada como uma forma válida de manifestação de vontade, que ao mesmo tempo indica o nível de motivação política da comunidade e alija do processo os desinteressados.

Notáveis as constatações da pouca importância relativa das eleições frente a meios de escolha mais eficazes e da farsa de que se reveste a representação política, quer se a analise pelo ponto de vista jurídico, político ou técnico. E, ainda, a ausência de atividade legiferante entre as atribuições do Poder Executivo e a ausência de qualquer tipo de propaganda ou marketing, embora todos os atos sejam revestidos de ampla publicidade.

Verdadeiramente revolucionárias na democracia pura, contudo, no melhor sentido do termo, são as concepções sobre a absoluta prescindibilidade do político profissional e dos partidos políticos, devido às suas características predadoras da sociedade que os provê, sem dúvida resquícios da instintiva natureza competitiva animal ainda não completamente transcendida para a eletiva natureza cooperativa humana. Afinal, a busca exclusiva do interesse individual fora do contexto geral atua no tecido social como a célula cancerosa no organismo: obcecada apenas pelo seu interesse, deixa de cumprir o seu papel no todo, pára de cooperar para o

bem-estar geral e se transforma em tumor, paradoxalmente matando o organismo que a mantém viva.

Como não há reeleição, é incogitável a prática política como meio de vida, franqueando a todo cidadão, caso assim o queira, a possibilidade de contribuir para a condução da coletividade, à qual retornará no final do mandato como uma pessoa comum, isenta de privilégios e sujeita aos efeitos de suas próprias ações na vida pública tanto quanto os demais.

Já a inadequação dos partidos políticos pode ser deduzida, entre outros motivos, da sua própria denominação. Segundo mestre Aurélio, partido é o que foi dividido em partes, quebrado, fragmentado; ou seja, o que perdeu a integridade. A linguagem é muito mais precisa do que em geral se supõe, a ponto de Monteiro Lobato, citando Carolina Michaelis, dizer que é a maior criação coletiva de um povo. Seria mera coincidência, portanto, o fato de os partidos políticos carecerem de integridade, como se observa à saciedade em quaisquer âmbitos do cenário político?

Ademais, uma facção isolada, ainda que se autoproclame capaz, não tem referenciais suficientes para conduzir o todo de forma satisfatória. Somente com a participação geral e indiscriminada na tomada de decisões é que podem surgir soluções para a governança sadia da sociedade. Por essa razão, na democracia pura o processo conducente à participação política se inicia pela auto-habilitação do interessado e não pela intermediação partidária, eis que esta atua como empecilho ao acesso dos cidadãos realmente preparados, seja técnica, ética ou moralmente, ao priorizar a distribuição das vagas disponíveis a candidatos com apelo popular ou abundantes recursos materiais.

Quem quer que tenha tido algum contato com a praxe política vigente sabe que eleições custam muito dinheiro, e manda no governo quem financia a facção vencedora. A verdadeira motivação e combustível dos partidos políticos são os fluxos de capital, direcionando a atuação do Estado para beneficiar interesses localizados ao invés da população como um todo. As ideologias e posições políticas são apenas a fachada, a camada visível, atingindo hoje a manipulação do povo tal grau de refinamento que se produzem eleições onde todos os candidatos são patrocinados pelos mesmos interesses e a disputa não passa de simulação.

Enquanto a democracia representativa e o sistema político-partidário não forem superados, mesmo todos os esforços das pessoas de boa vontade serão inefetivos, pois os idealistas melhoram as condições no varejo e

o sistema vigente as deteriora no atacado... O caos em que o mundo está sendo mergulhado pela busca desenfreada do interesse individual desvinculado do bem-estar geral vai deflagrar a mudança, por absoluta impossibilidade operacional de a humanidade se sustentar por muito mais tempo em um modelo que privilegia a aparência e ignora a essência, privilegia o quantitativo e ignora o qualitativo. Em breve dar-se-á a ruptura, e será imperativo de sobrevivência escolher os ocupantes de quaisquer postos por seus talentos e competências reais. Do ponto de vista social estamos sofrendo de câncer coletivo em estado terminal.

Por uma questão de coerência, o Prof. J. Vasconcelos tem resistido bravamente aos assédios para constituir um partido político para divulgar a democracia pura, e sem dúvida está repleto de razão, porque de um sistema manifestamente podre não pode resultar nada positivo, e, também, porque o seu objetivo não é chegar ou conduzir algum grupo ao poder, mas estabelecer as diretrizes para uma forma de gestão da sociedade imune aos desmandos atuais, capaz de criar bem-estar geral de longo prazo não importa quem esteja exercendo as funções públicas. É uma tarefa a ser feita em nome da posteridade, pela qual só se interessam os que enxergam algo além do próprio ser.

A abrangência e o profundo significado destas idéias só podem ser adequadamente avaliados a partir do horizonte de tempo de mais de uma geração. Por isso, é de se esperar que os beneficiados pela sistemática atual resistam até às últimas conseqüências a qualquer mudança nas regras do jogo. Porém, como dizia Max Planck, novas idéias não são aceitas porque seus opositores se convencem da sua validade, mas porque eles morrem e as novas gerações crescem acostumadas a elas. Deixemos, então, o tempo fazer o seu trabalho inexorável.

No entremeio, todos aqueles que consigam vislumbrar desde já o alcance e imenso potencial de transformação contidos neste livro, e que cultivem a disposição interior de buscar seus próprios interesses individuais tendo em vista o bem comum, não apenas podem como devem, no que for possível, praticar estas idéias em quaisquer situações de convivência humana, começando por seus círculos mais próximos (família, trabalho, lazer etc.). Exemplificava Gandhi que devemos ser o que queremos ver no mundo, e assim ele conseguiu o que exércitos e a força bruta não conseguiram.

Enfim, surge uma luz de esperança mostrando um caminho simples, viável e exequível para a organização política sadia da sociedade. *Democracia Pura* é um livro para ler, reler, estudar, refletir e compartilhar, com muita calma e atenção, por amor à nossa descendência e a toda a espécie humana, pois se aplicado o seu conteúdo o nosso futuro poderá ser dadivoso. Em contrapartida, *enquanto houver um único ser humano experienciando privação ou sofrimento, serão inacessíveis a todos a paz, a felicidade e a prosperidade duradouras.*

Dr. Antonio Silvio Curiati
Consultor
São Paulo, fevereiro de 2007

Introdução

Até o século XX, os trabalhos sobre a democracia geralmente se restringiam às fontes do direito positivo. Neste novo milênio, começam a surgir obras cujos autores têm se dedicado a um estudo mais amplo e profundo, abrangendo as últimas revelações científicas em tudo que se relacione com a natureza humana. Nesse rumo, já podemos contar com excelentes iniciativas de publicistas franceses, alemães e italianos. Agora nos vem mais uma contribuição com o professor brasileiro, senhor Vasconcelos, nosso antigo companheiro do DSK. Em atenção à evolução biológica e aos comportamentos pré-históricos do gênero humano, o seu livro inicia interessante observação das raízes do processo democrático em sociedades animais e dos primeiros homens, salientando o caráter ingênito do direcionamento democrático. O conhecimento das mutações culturais fornece ao autor a explicação sobre o desfazimento da democracia natural, proporcionado por fatores acidentais, próximo dos períodos históricos. Registra, com perspicazes análises, o retorno dos procedimentos democráticos após mais de mil anos de civilização, precisamente na Antiguidade clássica.

Entrementes, sua preocupação converge à chave mestra de seu estudo: como fazer um povo, em sua totalidade, efetivamente se auto-governar. O autor esclarece então sobre a solução depositada em sistemas que permitem a participação direta do povo nos desígnios nacionais, tendo esses sistemas experiências históricas salutares e que poderiam ser aplicados a nações populosas e de território imenso. Avança mais um pouco, e intre-

pidamente discorre sobre a forma prática de sua utilização, objetivando alcançar a democracia pura no contexto político e administrativo de seu país. Essa parte de sua obra é sumamente importante. Desvanece a idéia de negação da viabilidade que os adversários da democracia pura lhe tem imputado, quando teimam em focalizá-la num regime de democracia direta operada por uma multidão emocionada, espremida numa praça pública, a tudo resolvendo por um simples acenar de um *sim* ou de um *não*. Essa propositada e pueril alegação tem servido para sujeitar os povos de todo o mundo, durante os últimos 200 anos, a essa falsa representação política.

Bastaria, porém, que sistemas racionais fossem conhecidos, conjugados com os progressos tecnológicos da comunicação e da teleinformática, para demonstrar que o povo pode realmente atuar como governo.

Enfim, para construção e efetivação da democracia pura, torna-se necessário apenas se recorrer à ciência. Cito um detalhe para se ter uma melhor compreensão: os estudos antropológicos, etnológicos, arqueológicos, sociológicos, psicológicos e psicológicos comparados sinalizam sociabilidade e solidariedade no ente humano. Retirados os obstáculos que reprimem a tendência da natureza humana, obtém-se um caminho livre à atuação dos indivíduos em função da sociedade.

Contrariamente, a democracia representativa somente se pautou de acordo com a vontade dos grupos dominantes ou para suprir certas lacunas, tal o exemplo da criação do Senado com o fim de impedir lances populares da Assembléia ou a utilização de partidos políticos, mesmo considerando-os um mal necessário, para listar candidatos a postos eletivos e agrupar correntes de interesses, à falta de outro instrumento.

Na verdade, o mundo rejeitou por séculos a teoria do heliocentrismo; hoje, fortes grupos dominantes combatem ainda a teoria da evolução e, provavelmente, por muito tempo, continuarão a negar a democracia científica.

Prof. Dr. Horst Haas
Diretor do Deutscher Studienkreis
für Demokratie und Sozialismus
Hamburgo, 27 de janeiro de 2007

Parte 1

A democracia

Origens, conceito e trajetória da instituição

Germinação da democracia

Com base nas raízes da investigação de uma democracia conforme o conhecimento científico, em decorrência de resultados extraordinários obtidos em pesquisas realizadas pelas Ciências Humanas (sobretudo a Psicologia Comparada, Arqueologia, Paleoantropologia, Etnologia, Etiologia e a História Crítica, as quais tiveram desenvolvimento marcante na metade do século XIX em diante), os estudiosos passaram a compreender melhor o estado natural da vivência social dos seres humanos.

Constatou-se que os primeiros passos na evolução dos animais, sujeitos a processo de aprendizagem e não dispendo assim do comportamento integralmente herdado, foram rumo à *sociabilidade*. Podemos encontrá-la já nos répteis anfíbios. Os crocodilos, por viver em sociedade, obtiveram as vantagens da participação alimentar e de mais adequada dilaceração da presa, o que assegurou a sobrevivência da espécie, que remonta a mais de 200 milhões de anos, superando outras milhares de espécies que, sem contar com esses atributos sociais, foram por este ou aquele motivo extintas.

Em uma fase posterior, a evolução dotou a sociedade dos animais mais desenvolvidos de uma nova caracterização, a *solidariedade* – a ajuda mútua entre os membros do grupo. Em muitos casos, essa ajuda significa até mesmo o risco da própria vida do ajudante em defesa do(s) ajudado(s), tal como notado em certas situações de perigo em vários tipos de socie-

dades animais – macacos, búfalos e até mesmo algumas espécies de antílopes. Um predador veloz não hesita em atacar um gnu, mesmo que sua provável presa esteja em uma manada de centenas. É que os gnus, embora vivam em sociedade e sejam fortes – dispondo de chifres pontiagudos e rígidos e coices vigorosos, capazes de matar ou machucar um guepardo ou uma hiena –, não têm solidariedade e tornam-se presas fáceis. Esses mesmos temíveis predadores, entre os quais os leões, não se atrevem a investir contra um babuíno que esteja em grupo, embora, comparada ao gnu, essa espécie de macaco seja menos forte e com escassos meios de defesa, tendo como arma apenas seus longos caninos – o que de fato não é muito pois, quando só, acaba sendo abusivamente atacado. O “respeito” que os animais impõem quando em grupo ocorre porque o predador (felino ou canídeo) sabe que os outros do bando virão em defesa daquele animal atacado – o que constitui um risco terrível, uma vez que um predador sentirá a chegada da morte com um simples ferimento que lhe prejudique a presteza da caça.

Essa solidariedade ganhou mais sofisticação e amplitude em algumas sociedades – como matilhas de cães selvagens africanos ou em bandos dos mangustos e suricatos, ambos mamíferos do deserto de Kalahari (África), – entre as quais a alimentação:

- é compartilhada;
- é levada às mães biológicas e às “enfermeiras” da “creche” e aos filhotes;
- não só não é recusada, mas é até disponibilizada aos debilitados e feridos.

Apesar do alcance da sociabilidade e da solidariedade, o processo evolutivo biológico das sociedades animais havia, até esse estágio, se limitado a um comportamento social que girava em torno da liderança do macho dominante. O Poder da comunidade dependia da vontade do(s) macho(s) dominante(s). Esse sistema somente permite a violência para que se alcance a substituição dos detentores do Poder. Reina nessas sociedades um esquema de posse absoluta nas mãos do(s) macho(s) dominante(s), implicando o domínio de território, das fêmeas, dos filho-

tes; a restrição da liberdade de todos, que inclui, em alguns casos, a tolerância à permanência de outros machos dominados no grupo, mas sem direito de acasalamento e com direito apenas de obedecer na caça e em outras atividades. Em algumas sociedades, até mesmo o ato de descansar, deitar, depende do comando do macho dominante, como entre os hipopótamos. Ao macho dominante cabe a melhor parte da comida, determinando a vez e a quantidade ao seu critério, e ter todas as fêmeas ao seu dispor, afinal, tudo está a seus pés. Os filhotes tornados adultos simplesmente são expulsos do bando e abandonados à própria sorte.

Nesse sistema vigora apenas o sentido da força pela força, do mando, da hierarquia, do arbítrio. Por outro lado, essa forma de vida não é tão glamorosa e segura para os machos dominantes, uma vez que vivem em constante insegurança e têm de se defender dos ataques dos excluídos a todo momento. Há sociedades, como a dos babuínos das montanhas da Etiópia, em que os machos dominantes sofrem ataques dos seus rivais praticamente o dia todo e durante o ano todo. Na verdade, o poderoso macho dominante não tem descanso seguro; quando é derrotado nas disputas pelos seus desafiadores, sofre o pior abandono possível: é desprezado por toda a sociedade e suporta uma morte miserável, isolado, nas garras dos carniceiros e predadores; esta é a sorte dos leões, dos elefantes marinhos etc. Em outras palavras, o domínio arbitrário, a desigualdade e a injustiça somente trazem a infelicidade e insegurança a todos – dominados e dominantes.

Em razão disso, por certo, a evolução se inclinou para uma tendência mais inteligente. Surgiu, então, o desenvolvimento do processo da liderança-experiência em contraposição ao comando com base na força bruta e violência do macho dominante. Observaram-se alguns casos em determinadas sociedades de chimpanzés, em que a liderança é exercida pelo mais experiente. Os bonogos, primatas inteligentes do Congo, demonstram um comportamento bastante diferente dos violentos chimpanzés, onde reinam os machos dominantes. São pacíficos, solidários e se regem pela liderança coletiva das fêmeas, as quais se alimentam primeiro e cuidam da repartição da comida. Os cientistas, inclusive, descobriram que a parte social do DNA desses animais, os aproximam mais do humano do que os chimpanzés. A liderança da manada de elefantes é baseada na

inteligência e memória, daí o motivo da escolha natural e pacífica recair na matriarca, a despeito dos robustos e avantajados machos.

Mas a Natureza já processava um avanço maior: a sociedade sem chefia, sem poder sobre os indivíduos, sem hierarquia – ninguém é escravo ou propriedade de outro, todos são iguais, livres, exercendo funções e liderança naturais de acordo com as tarefas e nada é permanente, todavia em função dos objetivos sociais. Este caso específico foi verificado no comportamento da sociedade dos macacos-aranha, na região das Américas, entre os quais predominavam harmonia, ausência de violência, paz, cooperação.

Foi então em sociedades como essas que começaram a vigorar conjuntamente:

- a sociabilidade;
- a solidariedade;
- a inexistência de chefia;
- a inexistência de hierarquia.

A ação se fundamenta nas funções naturais – sem posses das fontes sociais e dos indivíduos –, tudo se rege no bem-estar de todos, na tranquilidade, na livre ação de cada um; quando jovens e quando velhos, quando filhotes e quando adultos, e mesmo quando doentes, não são expulsos e permanecem sempre integrados à sociedade; todos se sentem em segurança e nenhum membro do grupo é abandonado. Reinam a liberdade e a igualdade absolutas.

Esse processo biológico engendrou a base perfeita do processo social, que aflorou com a chegada dos hominídeos em forma de uma prática democrática. Vejamos então com mais detalhes essa nova fase, que será assunto do próximo tópico.

Afloramento da democracia

Como já se sabe, não é atributo da Natureza cometer erros e descuidos na estruturação dos seres vivos. Com o propósito de assegurar

a sobrevivência das espécies, os princípios naturais estabeleceram com extraordinária precisão, durante milhões de anos de evolução, formatos, órgãos, funções e comportamentos nos entes biológicos.

Assim, em uma fase mais recente e numa escala evolutiva superior, começaram a surgir as sociedades das primeiras espécies do *Homo*. Essas espécies seguramente foram constituídas com toda precisão necessária para consolidar a união entre os membros sociais, os meios de se comunicarem e de se fazerem entender, proporcionando os ímpetus de cooperação e ajuda mútua, pois do contrário estariam fadadas à extinção. Avanços da ciência e da tecnologia permitem aos biólogos que conheçam hoje em dia impressionantes e exatas funções de ínfimos detalhes (pêlos, penas, texturas etc.) no corpo dos organismos vivos. Itens que antes apenas aparentavam beleza ou simplesmente formato, agora se sabe, exercem funções que capacitam para a obtenção do alimento, a consumação do acasalamento e a oportuna fuga de outro predador.

Por sua vez, não seriam esquecidos os seres posteriores aos antropóides, mais evoluídos, porém absolutamente indefesos se considerados isoladamente, ou mesmo em família, sem velocidade e sem força na competição com animais ferozes, hábeis e imprevisíveis. A natureza os dotaria do mecanismo fundamental para desenvolver o relacionamento com seus coabitantes: inicialmente, por meio de sinalizações primárias e simbólicas e da assistência recíproca; depois, com a concretização material das constantes reuniões do agrupamento, eles conseguiram saltar para a transmissão de informações, a produção de idéias, o ensino, as decisões finais em que todos participavam em igualdade de condições.

A linguagem e o planejamento passaram a configurar a vida social e o pacífico inter-relacionamento, servindo para estabelecer objetivos únicos e em prol de todos. Nesse estágio, a sociedade logicamente se torna democrática e igualitária, uma vez que todos são livres e têm oportunidades iguais, tudo é partilhado, tudo é comum a todos, não subsistindo sistemas de *status* congelados.

Muito antes disso, no entanto, os antepassados do gênero humano já ensaiavam excelentes exemplos de comunicação social. Os cientistas consideram que o gênero humano, no seu estado primitivo e preciso, não era dotado somente do poder de traduzir onomatopéias e de exprimir

sensações, à semelhança dos outros animais, por meio de gritos. Possuía também a faculdade de dar expressão articulada às concepções da razão. Essa faculdade não foi ele que criou. Era o impulso, um impulso mental tão irresistível como qualquer outro. O desenvolvimento de habilidades sociais produziu intensas demandas intelectuais, que ajudaram a aperfeiçoar a inteligência dos primatas, em particular a dos humanos.

Concluem os estudiosos que cérebros maiores e mudanças na caixa vocal propiciaram maior habilidade para a manipulação com maior desenvoltura e o desenvolvimento da fala. Para a vida em sociedade, a natureza preocupou-se em equipar os indivíduos de comportamento consubstanciado na sobrevivência e preservação do corpo social. Já se pôde observar que nas comunhões dos insetos sociais, em um âmbito baseado apenas no instinto, todos os integrantes estão programados conforme a divisão de trabalho, que é estruturada – limpar células, cuidar das ninhadas, construir, proceder à defesa física contra os inimigos, coletar, vigiar o trabalho dos operadores, montar guarda. Cada um age, como indivíduo, não em seu benefício, mas em favor da coletividade; se algum elemento tem um tratamento diferenciado, é porque está destinado a uma missão importante, como a conservação da espécie – a reprodução, por exemplo. Em outros termos, nas sociedades animais, a natureza não estrutura nem admite inutilidades nem beneficiamentos sem uma resposta útil do ponto de vista biológico.

Entre os elementos do gênero humano, apenas para exemplificar, vejamos o caso das espécies do *Homo heiderbergensis* e do *Homo Neanderthal*.¹ Estes, certamente, como parte de seus cérebros estivessem capacitados a adaptações não-herdadas, puderam contar com faculdades e disposições mentais que se sobrepunham a procedimentos oriundos apenas de programas codificados mentalmente ou motivados por efeito de reações químicas, ou mesmo simplesmente instintivos, ou ainda impulsionados pelas mudanças ambientais e de tempo, como ocorrem com animais sociais inferiores.

Essas faculdades e novas disposições mentais devem ter sido propícias à convivência com seus parceiros grupais, de forma que também atingissem propósitos em favor da comunidade. Podemos crer que instintos e demais formas automáticas deram lugar ao virtuosismo e ao senti-

mentalismo de um pequeno grupo que, unido, se planejava e se defendia melhor. Pela lógica, qualquer ato de um membro dessas pequenas comunidades dispensaria a necessidade de se obrigar a proceder mediante *normas e ordens*. Sem a programação codificada, mas com a razão e os sentimentos, ele podia empreender seus atos sociais de forma espontânea e de acordo com sua aptidão, diante da necessidade que a sua sociedade requeria, sem ter a obrigação de se conduzir mediante hierarquia formalizada. Em outras palavras, os indivíduos agiam sem obedecer compulsoriamente a comandos superiores, mas livremente; apenas fluíam lideranças técnicas e de maior experiência, porém limitadas a certos prazos e que se extinguíam após cumpridas as tarefas.

De acordo com pesquisas recentes, e que serão explicadas adiante, as comunidades pré-históricas, pelo menos até o paleolítico superior, não deviam ultrapassar 150 indivíduos. Utilizando-se de processos violentos, os homens teriam se arruinado totalmente; além disso, a arqueologia não encontrou nas comunidades quantidades maiores de um mesmo sexo, o que revela a perfeita convivência de todos dentro de uma mesma comunidade, inclusive entre os adultos de ambos os sexos. Desfaz-se, assim, qualquer idéia do macho dominante como ocorre em sociedades de animais. O número igual de ambos os sexos sinaliza a convivência de todos e a aceitação da participação sexual de cada membro.

Eles também já tinham o controle do fogo. Os cientistas afirmam que o uso do fogo permite aos grupos a permanência em um mesmo local, ao menos temporariamente, pois o fogo é fonte de aquecimento e proteção, além de proporcionar aconchego social e reforço dos laços sociais. O procedimento espontâneo dessas criaturas simples não lhes exigia que estivessem sujeitas ao comando de uma só pessoa ou de algumas, uma vez que, por coerência, o afago existente e permanente dos membros entre si, os conhecimentos das destrezas de cada um, a permanente troca de conhecimentos e carinho possibilitavam ações espontâneas em vista de um objetivo social, com a execução natural das tarefas: cada qual agia conforme suas capacidades e com base em suas experiências e, por fim, na inteligência social (cultura).

A natureza não falharia nesse caso, e a prova é que os membros sociais sobreviveram e evoluíram em espécies mais desenvolvidas até

desabrocharem no *Homo sapiens* (por volta de 40 mil a.C.). Com respeito à necessidade da ação planejada, com a cooperação de todos, vale ressaltar que as descobertas de Clarck Howell, no Vale de Ambrona, na Espanha, apontaram procedimentos já notados no *Homo erectus*, parente evolutivo do *sapiens* mas que habitara a Terra cerca de 300 mil anos antes. Howell constatou que as presas deste último grupo eram monumentais e hábeis – os mamutes –, cuja caça exigiria bandos de mais de 30 pessoas, planejamento, cooperação e aprendizagem; logicamente, com atribuições de acordo com as capacidades de cada um, assim como o uso de ferramentas. Os achados na baixa Saxônia, no sítio de Salzgitter-Lebensstedt demonstram indícios de que os neandertals conseguiam numa caçada a uma manada de renas capturar cerca de 50 indivíduos. Conclue, então, Olaf Jöris (*Europa zur Zeit des Neandertals – Vom Neandertaler zum Modernen Menschen*, p. 57) que a caça de uma grande manada de animais exige antes de tudo coordenação (planejamento e ajuda mútua) de um grande grupo de membros sociais.

Isso tudo leva a crer que no mínimo por mais de 300 mil anos as coletividades se alicerçaram nesse esquema de sociabilidade e virtude, textura na qual se encaminhavam naturalmente; positivamente sem disputas, sem governo nem lideranças fixas, cada um sendo escolhido para a mais complexa ou simples tarefa por suas habilidades e aquiescências, determinantes para as emergentes finalidades da comunidade: táticas e astúcias na caça, a escolha da presa, recursos de abrigo e socorro diante dos elementos naturais, ameaçadores e perigosos. Os paleoantropólogos estimam que a população do *Homo erectus*, na Europa, na Ásia e na África, tenha alcançado algo em torno de 1 milhão, em várias gerações; esse número é crucial para o conceito do seu desenvolvimento social, ocorrido naquelas longínquas épocas.

Tem ficado evidente, portanto, para os cientistas, que o sucesso dos que faziam a caça e a coleta dos frutos e raízes dependia de inteligência e destreza manual, bem como da capacidade de operar em conjunto; além de ser necessária uma confiança mútua.

De qualquer maneira, o modo de vida das comunidades dos homínídeos, bem como dos *Homo sapiens*, ao que tudo indica situou-se em um contexto em que os indivíduos se autogovernavam, não havendo neces-